



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA UNIFICADO**

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES (TODOS NOVOS DE PRIMEIRO USO E DE FABRICAÇÃO NACIONAL), BATERIAS, BEM COMO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ALINHAMENTO, BALANÇAMENTO E CAMBAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DE DIVERSAS MARCAS, MODELOS, PERTENCENTES OU VINCULADOS À FROTA DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS (SECRETARIAS) DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS PARTICIPANTES DA ARP: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA); SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC); SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS (SEAGRI); SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE (SEJUV); AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO (AMT); SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SAS); SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SEAI) e SECRETARIA DE SAÚDE (SESA).

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP: Secretaria de Educação Básica (SEDUC);

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por lote;

FORNECIMENTO: por demanda;

LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;

LICITANTE: Pessoa Jurídica que participa desta licitação;

HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;

ADJUDICATÁRIA: Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;

CONTRATANTE: O Município de MORADA NOVA que é signatário do instrumento contratual;

CONTRATADA: Pessoa Jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;

PREGOEIRO: Servidor ou nomeado, designado por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;

EQUIPE DE APOIO: Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 (dois) servidores que prestarão a necessária assistência ao Pregoeiro durante a realização do pregão;

AUTORIDADE SUPERIOR: É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;

PMMN: Prefeitura Municipal de MORADA NOVA;

D.O.M: Diário oficial dos Municípios;

ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA: Bolsa de Licitações e Leilões, entidade conveniada com o Município de MORADA NOVA, mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor a partir de 05 de junho de 2017, <https://bllcompras.com/Home/PublicAccess> "Acesso Identificado no link – acesso publico".

ORIGEM, MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de referência é oriundo da Solicitação de Despesa procedente das Secretarias requisitantes da A.R.P., conforme especificação do item abaixo discriminado.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



Deverá ser adotada a modalidade licitatória **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, tendo com critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**, tudo com fundamento da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, e demais normas pertinentes.

JUSTIFICATIVA

O uso intensivo dos veículos da frota própria e/ou vinculada nos serviços pertinentes às atividades da Prefeitura Municipal de Morada Nova requer a aquisição de pneus, câmara de ar e protetores, bem como, a contratação de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos mesmos, a fim de mantê-los sempre em perfeitas condições de uso. Para tanto, a contratação de oficina especializada em manutenção veicular que disponha de instalações, equipamentos, ferramentas e pessoal técnico qualificado é fator preponderante para o alcance dos objetivos pretendidos com a contratação, levando-se em consideração que sem os mesmos as Unidades Administrativas não conseguirão realizar suas atividades e o atendimento à população que é o objetivo maior de qualquer administração pública, ou seja, oferecer serviços de qualidade a população.

Considerando ainda, que a Prefeitura Municipal de Morada Nova não dispõe de servidores especializados, instalações e respectivos equipamentos e ferramentas para a manutenção e reparos dos veículos (no caso deste objeto nos serviços de balanceamento e alinhamento de pneus), e zelando pela segurança dos usuários, bem como a obrigação de primar pela conservação do patrimônio público.

A presente proposição de contratação tomou como base o princípio da teoria de livre mercado, no qual os fornecedores concorrem na busca de oferecer o melhor preço, sem com isso comprometer a qualidade, a confiabilidade, a continuidade deste objeto. Tal princípio trará benefícios e economia substanciais ao serviço público, cujas políticas e diretrizes devem estar orientadas para garantir e maximizar a qualidade e a quantidade da prestação de seus serviços à população, ao menor preço possível.

Este termo segue o rito referente ao Artigo 6º, Inciso III da Lei 8666/93, alterada pela Lei nº 8883/94, ao disposto no Artigo 3º, incisos I, II e III da Lei 10.520/2002 elaboramos o presente Termo de Referência para nortear a futura contratação objeto deste termo para atender as necessidades das Secretarias requisitantes, para que o procedimento se torne legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de empresas que pratique preços de mercado e qualidade nos produtos, visando à formação de contrato.

Vale salientar que, as quantidades ofertadas através do Termo de referência retro mencionado, trata-se do levantamento realizado pela Secretarias requisitantes, e de forma a contemplar os exercícios de 2021/2022; ressaltamos também a **não obrigatoriedade** das quantidades totais mencionadas. *R*

OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo o levantamento e caracterização das especificações dos produtos a serem adquiridos, buscar no mercado o orçamento dos custos e indicação da disponibilidade dos recursos orçamentários para fim de balizar a contratação, assim como estabelecer prazo, local de entrega, forma de fornecimento, pagamento e condições de execução contratual do objeto, e, que o procedimento legal seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a administração pública municipal, tendo por finalidade definir elementos que norteiam a contratação de empresa para a futura contratação do presente termo.



Comissão de Licitação
135

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

ESPECIFICAÇÕES DOS LOTES E RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

LOTE I - SERVIÇOS VEÍCULOS PEQUENO, MEDIO E GRANDE PORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SESA	SEAGRI	SEAI	SEDUC	SEJUV	SAS	AMT	SEINFRA	TOTAL
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DOS VEÍCULOS PEQUENO E MÉDIO PORTE VINCULADOS E PERTENCENTES AS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA/CE.	SERV	288	22	8	48	8	64	16	16	470
2.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DOS VEÍCULOS GRANDE PORTE (MICRO ONIBUS, ONIBUS, CAMINHÕES) VINCULADOS E PERTENCENTES AS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA/CE.	SERV	12	36		120					168
3.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMBAGEM DOS VEÍCULOS PEQUENO E MÉDIO PORTE VINCULADOS E PERTENCENTES AS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA/CE.	SERV	288	22	8	48	8	64	16	16	470

LOTE II (*) - BEM DE CONSUMO - PNEUS E CAMARAS DE AR (MOTOCICLETAS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SESA	SEAGRI	SEAI	SEDUC	SEJUV	SAS	AMT	SEINFRA	TOTAL
1.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R17 DIANTEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10						10	20
2.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R17 TRASEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10					16	10	36
3.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R18 DIANTEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	18					06			24
4.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R18 TRASEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	18					06			24
5.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R19 DIANTEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10					16	10	36
6.	CAMARA DE AR DE FABRICACAO NACIONAL R19 TRASEIRA - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10						10	20



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

7.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 275 R18 (TITAN) DIANTEIRO - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	20					06		10	36
8.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 90/90 R18 (TITAN) TRASEIRO - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	24					06		10	40
9.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 90/90 R19 (BROS) DIANTEIRO - MEDIDAS: 64,46 CM X 9 CM X 64,46 CM, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10					16		26
10.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 110/90 R17 (BROS) TRASEIRO - MEDIDAS: 62,98 CM X 11 CM X 62,98 CM, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10					16		26
11.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 2.50 R17 (SHINERAY) DIANTEIRO - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10							10
12.	PNEU DE FABRICACAO NACIONAL 80/100 R14 (SHINERAY) TRASEIRO - GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10							10

(*) INCLUIDO SERVIÇOS DE TROCA.

LOTE III (*) - BEM DE CONSUMO - BATERIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SESA	SEAGRI	SEAI	SEJUC	SEJUV	SAS	AMT	SEINFRA	TOTAL
1.	BATERIA 12V 5 AMPERES	UND	12	06				04	10	06	38
2.	BATERIA 12V 7 AMPERES	UND	04								4
3.	BATERIA 45 AMPERES	UND				08					8
4.	BATERIA 50 AMPERES	UND	16			08					24
5.	BATERIA 60 AMPERES	UND	60			08	02	16	03		89
6.	BATERIA 75 AMPERES	UND	14	06		08					28
7.	BATERIA 90 AMPERES	UND	04	03	02	08			03	03	23
8.	BATERIA 150 AMPERES	UND	04	03		48				03	58

(*) INCLUIDO SERVIÇOS DE TROCA.

LOTE IV (*) - BEM DE CONSUMO - PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES (AUTOMOVEIS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	SESA	SEAGRI	SEAI	SEJUC	SEJUV	SAS	AMT	SEINFRA	TOTAL
1.	CÂMARA DE AR DE FABRICAÇÃO NACIONAL 750 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		20		100				10	130
2.	CÂMARA DE AR DE FABRICAÇÃO NACIONAL 1.000/20, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		30		180				10	220
3.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 7.50/16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		20						10	30
4.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 18.4/30, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		16						10	26
5.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 165/70 R14, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND				44					44
6.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 175/65 R14, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	152			50					202
7.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 175/70 R13,	UND	24	08				34	03	08	77



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

	GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.									
8.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 175/70 R14, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	348	08	50		32		08	446
9.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 185/65 R14, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	120					04		124
10.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 185/65 R15, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND					20			20
11.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 185/70 R14, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	28		52		12			92
12.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 195/60 R15, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	86	15	16				10	127
13.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 195/65 R15, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND					16			16
14.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 205/60 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		10	22	04		08	08	52
15.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 205/70 R15, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND					10	02		12
16.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 215/65 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND			20					20
17.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 215/75 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	16							16
18.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 215/75 R17.5, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND			180					180
19.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 265/60 R18, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND			20					20
20.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 265/70 R15, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND						02		2
21.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 265/70 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	16		16	20		09		61
22.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 285/70 R19.5, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	24							24
23.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 295/80 R22.5, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		30						30
24.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 1000/20, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		30	180					210
25.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 17.5-25, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND							12	12
26.	PNEU DE FABRICAÇÃO NACIONAL 1400-24, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND							18	18
27.	PROTETOR PARA PNEU 750 R16, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		20	100					120
28.	PROTETOR PARA PNEU 1000/20, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND		30	180					210

(*) INCLUIDO SERVIÇOS DE TROCA, BALANCIAMENTO E ALINHAMENTO.

VEÍCULOS PEQUENO PORTE

SECRETARIA	DOTACAO	PLACA	MARCA E MODELO	COMBUSTIVEL
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	NUW 7191	GM MONTANA MODIFICAR AB1	GASOLINA
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	PNK 2873	GM SPIN PREMIER	GASOLINA
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	PNZ 1065	RENAULT KWID ZEN 10MT	ETANOL / GASOLINA
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	PNZ 0765	RENAULT KWID ZEN 10MT	ETANOL / GASOLINA
SAS	CONSELHO TUTELAR	NRE - 3692	FIAT UNO MILE	ETANOL / GASOLINA



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

			FIRE	
SAS	CREAS	NVE - 2391	FIAT UNO MILE FIRE	ETANOL / GASOLINA
SAS	CRAS SEDE	OIO - 1591	FIAT UNO MILE FIRE	ETANOL / GASOLINA
SAS	SAS	NQY - 4675	FIAT STRADA WORKING CD	ETANOL / GASOLINA
SAS	SAS		FIAT STRADA ENDURANCE CD 1.4	ETANOL / GASOLINA
SAS	SAS	OCP 0366	VW KOMBI 2012	ETANOL / GASOLINA
SAS	PSAC	OID 8316	VW GOL 1.0 GIV	ETANOL / GASOLINA
SAS	IGD - PBF	POI 4356	GM SPIN 1.8 MT LTZ	ETANOL / GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	COM 0480	RENAULT SANDEIRO EXP 1.6	ETANOL/GASOLINA
SESA	VISA	OIL 3166	VW GOL 1.0 GIV	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PMG 7149	TOYOTA ETIOS 1.5 HB XS	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PMG 7159	TOYOTA ETIOS 1.5 HB XS	ETANOL/GASOLINA
SESA	MAC/CAPS	PNY 7147	GM ONIX JOY 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNK 4251	GM ONIX JOY 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNK 4071	GM ONIX JOY 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNK 4171	GM ONIX JOY 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNK 4451	GM ONIX JOY 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNT 5865	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 6155	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 6215	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 5675	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 5435	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 5535	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 6275	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POC 4946	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 5895	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 5385	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNU 6085	FIAT MOBI LIKE 1.0	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POV 3537	GM MONTANA TECFORM AB1 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POP 7436	GM MONTANA LS2 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POP 7796	GM MONTANA LS2 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	SESA	POS 4727	GM MONTANA LS2 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	SESA	POS 5317	GM MONTANA TECFORM AB1 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	MAC/HOSPITAL	PML 3517	GM MONTANA TECFORM AB1 1.4	ETANOL/GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	OIB 9821	RENAULT SANDERO STEPWAY EXP 1.6	GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	HZA 1484	RENAULT SANDERO STEPWAY 1.6	GASOLINA
AMT	AMT	PMI 3600	FIAT STRADA AD 1.8 16V	ETANOL/GASOLINA



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

VEÍCULOS MÉDIO PORTE

SECRETARIA	DOTACAO	PLACA	MARCA E MODELO	COMBUSTIVEL
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	OCO 9256	VW AMAROK CD 4 X 4	DIESEL
SEDUC	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BASICA	POY 5084	FIAT TORO ENDURANCE	GASOLINA
SEAI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ARTICULAÇÃO	OSM-0775	MITSUBICHI L200 TRITON SPT GL	DIESEL
SESA	VISA / ENDEMIAS	HWG 1713	GM SILVERADO 3500 HD	DIESEL
SESA	VISA / VIGILANCIA	S/ PLACA	MITSUBICHI L200 TRITON SPT GL	DIESEL
SESA	SESA	PNV 9855	FIAT DUCATO ENGESIGMIC	DIESEL
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POY 8969	FIAT STRADA TECFORM EM 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POY 8269	FIAT STRADA TECFORM EM 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POV 2859	FIAT STRADA TECFORM EM 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POU 3379	FIAT STRADA TECFORM EM 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POX 2827	FIAT STRADA TECFORM EM 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	POQ 2208	FIAT STRADA HD WK CC 1.4	ETANOL/GASOLINA
SESA	PAB/ATENÇÃO BÁSICA	PNP 2595	CITROEN BERLINGO	ETANOL/GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	HYA 5901	GM BLAZER COLINA 4X4 2005	DIESEL
SEJUV	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	JJU 2111	MITSUBICHI L200 4X4 GL	DIESEL
AMT	MANUTENÇÃO DA AMT	ORQ 7752	TOYOTA HILUX CD 4X4 STD 3.0	DIESEL

VEÍCULOS GRANDE PORTE

SECRETARIA	DOTACAO	PLACA	MARCA E MODELO	COMBUSTIVEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	HUF 1773	ONIBUS FORD/B 1618	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	NVF 8567	ONIBUS VW INDUSCAR FOZ U	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OSL 2521	ONIBUS SENIO MIDI VW/15.190 EOD E. HD ORE	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OSL 2961	ONIBUS SENIO MIDI VW/15.190 EOD E. HD ORE	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OSM 4511	ONIBUS SENIO MIDI VW/15.190 EOD E. S ORE	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	HYC 8452	MICROONIBUS	DIESEL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

			MARCOPOLO/ VOLARE V6 MO	
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	NVC 2842	MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE VBI.ESC	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OSM 4331	MICROONIBUS MARPOLO/VOLARE VBI 4X4 EO	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OSM 4661	MICROONIBUS MARCOPOLO/VOLARE VBL 4 X 4 EO	DIESEL
SEDUC	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRASPORTE ESCOLAR	OCO 3227	MICROONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16	DIESEL
SESA	SESA	PMN 8809	VOLARE MICROONIBUS	DIESEL
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	MZL 0508	VW IVECO BAU	DIESEL
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	OSV 4495	CAMINHAO TANQUE M BENZ	DIESEL
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	MZL 0508	CAMINHAO BAU IVECO FIAT DAI 3510	DIESEL

MÁQUINAS PESADAS

SECRETARIA	DOTACAO	PLACA	MARCA E MODELO	COMBUSTIVEL
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		RETRO ESCAVADEIRA	DIESEL
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		TRATOR MASSEY	DIESEL
SEINFRA	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		MOTONIVELADORA	DIESEL
SEINFRA	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		PÁ CARREGADEIRA	DIESEL

MOTOCICLETAS

SECRETARIA	DOTACAO	PLACA	MARCA E MODELO	COMBUSTIVEL
SAS	SAS	NUY 8815	HONDA CG 150 FAN ESI	
SESA	VISA/ENDEMIAS	PMZ 8499	HONDA CG 125 FAN	GASOLINA
SESA	VISA/ENDEMIAS	PMZ 9139	HONDA CG 125 FAN	GASOLINA
SESA	VISA/ENDEMIAS	HVF 3837	HONDA CG 125 FAN	GASOLINA
SESA	VISA/ENDEMIAS	HVF 3857	HONDA CG 125 FAN	GASOLINA
SESA	VISA/ENDEMIAS	HVU 0339	HONDA CG 125 FAN	GASOLINA
SESA	VISA/ENDEMIAS	HUG 9889	HONDA CG 125 DUTY	GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	OSR 7856	SHINERAY XY 150 GY	GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	OSS 2176	SHINERAY XY 150 GY	GASOLINA
SEAGRI	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	NUS 3995	HONDA BROS MIX KS	GASOLINA
SAS	SAS/PBF	NUY 8815	HONDA 150 FAN	GASOLINA
AMT	AMT	HXS 0904	HONDA BROS 150	GASOLINA
AMT	AMT	HXS 0914	HONDA BROS 150	GASOLINA
AMT	AMT	OSB 1580	HONDA BROS 150	ETANOL/GASOLINA



Comissão de Licitação
141

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

AMT	AMT	OSB 0150	HONDA BROS 150	ETANOL/GASOLINA
-----	-----	----------	----------------	-----------------

JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMAÇÃO DOS LOTES

Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o MENOR PREÇO POR LOTE por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os serviços agrupados em lotes são similares, minimizando a cotação de itens ou lotes de valores insignificativos, e o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos serviços, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um número menor de fornecedor, bem como maior agilidade no julgamento do processo. A realização de diversas contratações através do critério de julgamento menor preço por Item, para o objeto em tela se torna inviável por diversos fatores como: Falta de padronização, necessidades de muitos servidores para gerenciar e fiscalizar os diversos contratos, perda de economia de escala e **inviabilidade técnica**, além do número reduzido de servidores para gerenciar os diversos contratos possíveis. Destarte, podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas **especificidades são discricionárias**, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a contratação.

Acreditamos, inclusive, que tal agrupamento (MENOR PREÇO POR LOTE) irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os **valores se tornarão mais atraentes aos proponentes**, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da prestação de serviços objeto da presente contratação, que visa atender o interesse Público.

Importante salientar ainda que esta Administração pretende contratar **serviços que no seu contexto geral são da mesma natureza**, tendo a certeza que aglutinando os itens em LOTES poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

Sobre este tema, podemos citar a obra "*Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos*", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

Corroborando o entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

" ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser **auferida sempre no caso concreto**, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

REFERENCIAL DOS PREÇOS

Os preços de referência foram estimados com base nas cotações realizadas pelo Setor de Cotação de Preços do Município de MORADA NOVA/CE, anexadas aos autos deste processo.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

1. Os interessados não cadastrados no Município de MORADA NOVA/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (subitens 2 ao 4), os quais serão analisados pelo pregoeiro quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação do(s) sócio(s) da empresa.

b. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação sócio do(s) da empresa.

c. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

d. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e. **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

1) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

- II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- III) Ata de fundação da cooperativa;
- IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;
- V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;
- VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;
- VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 3.3. Prova de regularidade para com a fazenda federal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos relativa aos tributos federais e dívida ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº. 1.751/14.
- 3.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação certidão negativa de débitos para com a fazenda estadual de seu domicílio.
- 3.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da certidão negativa de débitos municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS).
- 3.6. Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF).
- 3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (2019), já exigíveis e apresentados na forma da Lei (com indicação do Nº do Livro Diário, número de Registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, termos de abertura e encerramento) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Os mesmos deverão estar assinados pelo contador (registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas, sendo obrigatória a aposição da certidão de regularidade profissional do Contador. No caso de empresa optante pelo simples nacional, declarada em credenciamento, poderá apresentar: cópia da Declaração de Informação Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) de Pessoa Jurídica e respectivo recibo de entrega em conformidade com o programa gerador de documento de arrecadação o Simples Nacional.

- a) No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;
- b) Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação no Diário Oficial, ou jornal de grande circulação, ou cópia registrada/autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, de:
 - b.1. Balanço patrimonial;
 - b.2. Demonstração do resultado do exercício;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



- b.3. Demonstração das origens e aplicações de recursos;
b.4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
b.5. Notas explicativas do balanço.
4.2 - Para Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA), através de fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da Licitante ou em outro órgão equivalente.
4.3- A comprovação de boa situação financeira será aferida pela observância, dos índices apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por Contador ou Contabilista habilitado, onde deverão ser apresentados no mínimo os seguintes índices:
a) Índice de Liquidez Corrente:

$$LC - \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,50$$

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG - \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 0,8$$

Parágrafo Único: Será considerada inabilitada a empresa que apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos), como também, que apresente índice de Endividamento Geral superior a 0,8 (oito décimos).

4.4. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 30 (trinta) dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.

4.4.1. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. Ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante em recuperação extrajudicial, nos termos do art. 164, § 5º, da Lei nº 11.101/2005.

4.4.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

4.5. **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

4.6. **CERTIDÃO ESPECÍFICA** (com todas as alterações e movimentações da empresa), emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

- razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- descrição do objeto contratado (**ver especificidade de cada lote**);
- prazo de entrega dos produtos, e;
- assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados pela PMMN/CE para comprovação das informações.

6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

- 6.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste edital.
- 6.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93).
- 6.3. Declaração de que o licitante concorda com todas as normas determinadas através deste Edital.
- 6.4. Alvarás emitidos pelos órgãos competentes (**Alvará de Funcionamento**), emitido pelos órgãos competentes da sede da empresa;
- 6.5. Apresentar Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de MORADA NOVA do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa.
- 6.6. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 6.7. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 6.8. No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de MORADA NOVA/CE, a documentação mencionada supra, poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de MORADA NOVA- CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos demais subitens, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo pregoeiro.
- 6.9. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de MORADA NOVA/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.
- 6.10. Será inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar, os documentos defeituosos em seus conteúdos e formas.
- 6.11. As microempresas ou empresas de pequeno porte (ME ou EPP) que possuam restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar declaração, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, §1º da Lei Complementar Nº. 123/06.
- 6.11.1. A não-regularização da documentação, no prazo legal previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nº. 8.666/93, sendo facultado ao Município de MORADA NOVA/CE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Parágrafo Primeiro: Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou se o licitante for uma filial todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão de débitos junto à Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido tanto para a matriz e filiais, bem assim quanto ao certificado de regularidade fiscal do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento os encargos centralizado, devendo desta forma apresentar documento comprobatório da autorização para a centralização;

Parágrafo Segundo: Se o licitante for a matriz e o fornecedor da prestação dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ/MF da matriz e da filial simultaneamente; ou serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ/MF da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

Parágrafo Terceiro: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.



Comissão de Licitação
146

**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos, podendo ser também adjudicado pela Autoridade Competente. Caso contrário, a adjudicação ficará exclusivamente a cargo da Autoridade Competente.
2. A homologação dar-se-á exclusivamente pela autoridade competente.
3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos lotes, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo do edital.
 - 3.1. Será incluído, na respectiva Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto/serviço com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante ao gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.
5. Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.
6. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 7- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 1- O Município de MORADA NOVA, com a interveniência da SECRETARIA, assinará contrato com a(s) vencedora(s) desta licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena, de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.
- 2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo ao Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 3- O Pregoeiro retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.
- 4- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de MORADA NOVA e será descredenciado no cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

DA FONTE DE RECURSOS E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos da Prefeitura Municipal de Morada Nova, a ser informada da lavratura do contrato.
2. Não haverá exigência de garantia de execução para a futura contratação

DA FISCALIZAÇÃO E ALTERAÇÕES DO CONTRATO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

- 1 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 2 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4 - No interesse da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, Termo de Referência e anexos poderá ser suprimido ou acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º e 2º, inciso II da Lei nº 8666/93.
- 5- No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
- 6- A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.
- 7- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

DA ENTREGA DO OBJETO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.
2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:
 - a) Nos locais determinados pela secretaria requisitante do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;
 - b) No prazo de no máximo de **10 (dez) dias corridos para os lotes de aquisição em relação aos lotes de serviços os mesmos deverão ser atendidos em no máximo de 01 (um) dias após emissão da ordem de serviço**, após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local), nos locais definidos pelos órgãos contratantes.
3. O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.
4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Município de MORADA NOVA/CE.
- 5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).
6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.
- 6.1. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:
- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 6.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.
- 16.3.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.
- 6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 6.5.1. Não produziu os resultados acordados;
- 6.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 6.6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 6.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 6.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 6.10 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.
- 6.11 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.
- 6.12- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

- 6.13. Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.
- 6.14. Os preços serão reajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula: $Pr = P + (P \times V)$, Onde:
Pr = preço reajustado;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses), onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.
- 6.15. CONTRATADA, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à Secretaria, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.
- 6.16. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;
- 6.17. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1-Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra e ou Serviço.
- 2-Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento do objeto do certame, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 3-Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 4-Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 5-Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- 6-Determinar o horário da realização da entrega dos produtos podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.
- 7-Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 8-Indicar os locais onde serão entregues/prestados os produtos/serviços.
- 9-Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10-Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 11-Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.
- 12-Receber o objeto do contrato, através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o art. 73, II, da Lei nº 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1-Entregar os produtos/equipamentos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

10 - Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

11 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12 - Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, normas técnicas, as leis e os regulamentos pertinentes.

13 - O CONTRATADO efetuará o fornecimento do objeto ora licitado, de imediato ou de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante.

14 - O CONTRATADO efetuará o fornecimento do objeto ora licitado, de imediato ou de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante e de acordo com o item da forma de entrega do objeto citado neste termo.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não manter a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	8. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 9. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	11. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 12. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	13. Advertência 14. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	16. Advertência; 17. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 18. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	18. Advertência 19. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	21. Advertência 22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 23. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	24. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	27. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 28. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 29. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



	Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMMN pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMMN por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de Morada Nova por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PMMN por, no mínimo, 2 (dois) anos. 33. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	34. Impedimento de licitar com a PMMN por, no mínimo, 1 (um) ano. 35. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e do pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da PMMN, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 42. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados	45. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



com a administração pública

46. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PMMN que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMMN, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.
3. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMMN, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.
4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMMN ou cobradas diretamente da pessoa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.
5. O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.
 - 5.1. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.
6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;
 - 1.1. A Rescisão de contrato poderá ser:
 - a) Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;
 - b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93; c) Judicial, nos termos da legislação vigente.
 - 1.2. A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
 - 1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.
2. Constituem motivo para rescisão do Contrato:
 - a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
 - c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
 - d) O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - e) A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A supressão, por parte da Administração, dos materiais, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte da empresa;
- m) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- p) O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- q) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva":
 - (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;
 - (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa, para a outorga de



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

Jorge Augusto Cardoso Nascimento
Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA